
PRÁTICAS DE GESTÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS PEQUENAS PROPRIEDADES FAMILIARES: UM ESTUDO NO NORTE DO PARANÁ

FINANCIAL MANAGEMENT PRACTICES AND ECONOMIC SUSTAINABILITY
OF SMALL FAMILY FARMS: A STUDY IN NORTHERN PARANÁ

Ciências Sociais Aplicadas • 14/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/791957732](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/791957732)

Edimar de Souza¹

Fernanda Martins de Souza²

Suzana Carolina Vicentini Barbosa³

RESUMO

A agricultura familiar representa um papel estratégico na economia e na segurança alimentar brasileira, mas que enfrenta dificuldades gerenciais e estruturais. O estudo teve como objetivo analisar a influência de práticas e ferramentas de gestão financeira na sustentabilidade econômica de pequenas propriedades rurais familiares. A metodologia utilizada usada foi quantitativa, descritiva e de campo, com pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica. Os dados coletados nos mostraram que a gestão no campo ainda é predominantemente empírica, definida pela confusão entre finanças pessoais e da fazenda, acrescentada ao baixo nível de instrução e escolaridade dos seus gestores. Observou-se um paradoxo: mesmo que haja planejamento, a maioria dos produtores tem uma noção empírica dos seus custos e estimativas e não fazem registro regular. A utilização de ferramentas como Fluxo de caixa, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e Contabilidade de Custos mostra-se imprescindível para precificar produtos adequadamente e otimizar os recursos. Portanto, as práticas de gestão financeira são essenciais para que a fazenda seja sustentável economicamente, elevando o produtor rural promovendo a valorização e a profissionalização do produtor rural e proporcionando a ele a profissionalização, e assim reduzindo os riscos, assegurando a sobrevivência do negócio ao longo dos anos e a possibilidade de uma sucessão familiar saudável.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Gestão Financeira; Sustentabilidade Econômica; Propriedade Rural; Controle de Custos.

ABSTRACT

Family farming plays a strategic role in the Brazilian economy and food security, but faces managerial and structural challenges. This study aimed to analyze the influence of financial management

practices and tools on the economic sustainability of small family farming properties. The methodology adopted was quantitative, descriptive, and field-based, supported by bibliographic research for the theoretical foundation. The data collected showed that management in rural properties is still predominantly empirical, characterized by the confusion between personal and farm finances, in addition to the low level of education and schooling of their managers. A paradox was observed: although planning exists, most farmers have an empirical understanding of their costs and estimates and do not keep regular records. The use of tools such as cash flow, Income Statement (DRE), and cost accounting is important for properly pricing products and optimizing resources. Therefore, financial management practices are essential for the economic sustainability of rural properties, contributing to the appreciation and professionalization of farmers, reducing risks, ensuring business continuity over the years, and enabling more structured family succession.

Keywords: Family Farming; Financial Management; Economic Sustainability; Rural Property; Cost Control.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura desempenha papel fundamental na economia brasileira, especialmente por meio das propriedades rurais familiares, que são responsáveis por grande parte da produção de alimentos e pela geração de renda nas comunidades locais (Gonçalves; Faria, Oliveira, 2019; Rodrigues, Scarsiotta; Scarsiotta; Avelino, 2021). A agricultura familiar é definida pela Lei nº11.326/2006, que estabelece critérios para a caracterização do agricultor e do empreendedor familiar rural, entre eles a utilização predominante de mão de obra da própria família e a direção do estabelecimento

ou empreendimento pela família, observados os demais requisitos previstos na legislação.

Conforme dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), destacados por Gonçalves, Faria e Oliveira (2019) e Santos (2022), a agricultura familiar possui uma relevância estrutural marcante no país, representando 77% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Além disso, o setor desempenha um papel expressivo na geração de ocupação e renda no campo, empregando cerca de dez milhões de pessoas, o que equivale a 67% de toda a força de trabalho rural. No entanto, apesar de sua relevância socioeconômica, muitos produtores enfrentam dificuldades na gestão de seus recursos financeiros. A ausência de planejamento, controle de custos e acompanhamento sistemático das receitas e despesas têm o potencial de comprometer a avaliação dos resultados e o processo de tomada de decisões nas propriedades.

Essa falta de organização financeira não apenas pode dificultar a avaliação da rentabilidade e da capacidade de investimento, como também pode aumentar as dificuldades relacionadas ao planejamento financeiro e à tomada de decisões. Diante desse cenário, surge a necessidade de adotar práticas de gestão financeira eficientes, que permitam aos produtores conhecer melhor seus custos, planejar investimentos e tomar decisões mais estratégicas.

Nas pequenas propriedades rurais familiares, algumas práticas como o registro de receitas e despesas, o acompanhamento dos custos, o planejamento financeiro e a separação entre as finanças da família e da propriedade podem auxiliar na organização das informações e na avaliação da situação econômica da atividade.

Nesse sentido, a sustentabilidade econômica é considerada a partir da capacidade de manutenção da atividade rural ao longo do tempo, estando relacionada às condições de planejamento, à organização financeira e à avaliação dos resultados da propriedade.

Dessa forma, estabelece-se como problema de pesquisa, o seguinte questionamento: como as práticas de gestão financeira se relacionam com a sustentabilidade econômica de pequenas propriedades rurais familiares? E o objetivo geral deste estudo é analisar a relação entre as práticas de gestão financeira e a sustentabilidade econômica de pequenas propriedades rurais familiares.

Os objetivos específicos elencados para percorrer o caminho as pesquisa são: identificar as principais práticas de organização e controle financeiro utilizadas pelos produtores; verificar a utilização de informações relacionadas às receitas, despesas e aos custos de produção; analisar as práticas de planejamento financeiro e de separação entre as finanças familiares e as da propriedade e verificar como essas práticas se relacionam com a percepção dos produtores sobre a situação econômica e financeira de suas propriedades.

A partir desses objetivos, a pesquisa busca contribuir para a compreensão da relação entre a gestão financeira e a sustentabilidade econômica das pequenas propriedades rurais familiares, considerando as práticas utilizadas pelos produtores e sua percepção sobre a situação financeira de suas atividades.

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o referencial teórico, que aborda a agricultura familiar e as pequenas propriedades rurais, os desafios de gestão, a gestão

financeira, a organização e separação das finanças familiares e da propriedade, a tomada de decisão e a sustentabilidade econômica. Em seguida, são expostos os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. Na sequência, são demonstrados e analisados os resultados obtidos junto aos produtores rurais. Por fim, as considerações finais, que retomam os principais resultados do estudo e suas contribuições.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

A presente seção mostra os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, com foco na agricultura familiar, na gestão financeira e na sustentabilidade econômica das pequenas propriedades rurais familiares.

2.1. Agricultura Familiar e Pequenas Propriedades Rurais

O trabalho do agricultor familiar no Brasil possui respaldo jurídico definido pela Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes da agricultura familiar. Quanto à pequena propriedade rural, entende-se que sua caracterização está relacionada à dimensão da área, sendo considerada aquela que compreende até quatro módulos fiscais, com tamanho entre 5 e 10 hectares (Ploeg 2014, p.8.) Para além do enquadramento legal, a agricultura familiar também possui uma dimensão sociológica, na qual a terra representa não apenas um meio de produção, mas também um elemento de identidade e pertencimento entre gerações.

De acordo com Psqualotto, Kaufmann e Wizniewsky (2019), o produtor recebe orientações relacionadas à produção, aos insumos e às matérias-primas, além de possuir relações comerciais que contribuem para o fortalecimento de sua atividade produtiva.

No contexto sociológico, a agricultura familiar brasileira é definida como aquela na qual a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento (Abramovay, 2010) Conforme Lamarche (1994), para o produtor, a lavoura representa mais do que uma atividade produtiva, constituindo um espaço de vínculo familiar. Neste sentido, a atividade se faz imprescindível para o suprimento nacional da cadeia alimentícia que chega às prateleiras dos supermercados até a mesa dos brasileiros, alimentos como leite, verduras e frutas.

Observa-se que a agricultura familiar corresponde a 77% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, embora ocupe apenas 23% da área total destinada à atividade agropecuária no país (IBGE, 2017). De acordo com um Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o setor também é responsável por empregar em torno de dez milhões de pessoas, o equivalente a 67% da força de trabalho no campo. Estudos também apontam que parte significativa dos agricultores familiares possui baixa escolaridade. Oliveira, Araújo e Queiroz (2017) afirmam que mais de 70% dos agricultores familiares não completaram o Ensino Médio, o que pode dificultar a adaptação às novas tecnologias.

Essa condição pode afetar capacidade de gestão do produtor rural e reforça a importância da organização das atividades administrativas e financeiras (Melo *et al.*, 2021). Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) / Fialho (2006, *apud* Santos, 2022) “Enfatizam que a administração rural, independentemente do porte da propriedade, exige uma organização mínima que vai além do amadorismo, superando a intuição em um mercado competitivo”.

Assim, embora a pequena propriedade rural familiar seja de menor porte, ela também é um ambiente de trabalho complexo que necessita de organização da gestão para favorecer à profissionalização, para garantir sua sustentabilidade diante das transformações tecnológicas e do mercado altamente competitivo do agronegócio (Gonçalves; Faria; Oliveira, 2019; Silva, 2017 *apud* Santos, 2022). Nesse sentido, a gestão organizada não é um fim em si mesma, mas um meio para assegurar a continuidade e o crescimento do negócio rural ao longo do tempo (Lourenzani, 2006 *apud* Colombo *et al.*, 2025; Böck, 2023).

De modo geral, o objetivo das propriedades rurais familiares é crescer de forma sustentável, garantindo lucro e viabilidade para as próximas gerações (Lourenzani, 2006). Esse objetivo, porém, demanda que o agricultor desenvolva práticas de planejamento, controle e tomada de decisão estruturada na condição da propriedade.

Diante dessas características e desafios, a gestão financeira mostra-se relevante para a organização das informações, para o controle dos recursos e para a tomada de decisões nas pequenas propriedades rurais familiares.

2.2. Desafios de Gestão nas Pequenas Propriedades Rurais

A gestão das propriedades rurais familiares enfrenta desafios relacionados à organização financeira e ao uso das informações para a tomada de decisões. Nesse contexto, aspectos relacionados à escolaridade, ao controle financeiro e à organização dos recursos serão discutidos a seguir.

De acordo com Souza (2022), os agricultores costumam transitar por diferentes culturas produtivas, e o sucesso da atividade rural depende não apenas do planejamento produtivo, mas também do acesso à informação e da forma como realizam a gestão da propriedade.

Segundo a revisão sistemática de Colombo *et al.* (2025), publicada na revista *Desenvolvimento Regional em Debate*, a baixa escolaridade dos agricultores familiares configura-se como um dos quatro eixos críticos e um dos principais entraves para a adoção de práticas e ferramentas de gestão financeira no campo. A carência de formação escolar limita a capacidade de retenção e interpretação de dados matemáticos e financeiros, dificultando a rotina de registro e o acompanhamento sistemático das receitas e despesas da atividade agrícola. O desafio da defasagem educacional no Brasil, apontado por Neckel da Silva, Fey e Carpes (2020), é um dos fatores que dificulta o aperfeiçoamento das técnicas de gestão pelos produtores e até mesmo compromete os resultados econômicos da atividade.

Essa limitação se reflete no controle financeiro da propriedade, frequentemente baseado na memória e na experiência do produtor, fragilizando desse modo, a tomada de decisão. Soma-se a isso a ausência de registros formais e a falta de separação entre despesas pessoais e recursos do negócio.

Mazzioni *et al.* (2006) destacam que o produtor rural tende a não separar gastos pessoais e profissionais e, por consequência, não realiza registros financeiros sistemáticos, o que compromete a análise da viabilidade econômica da propriedade. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de adoção de práticas de gestão

financeira simples e adequadas à realidade do produtor rural familiar.

Diante dos desafios apresentados como baixa escolaridade, informalidade nos registros e mistura entre finanças pessoais e as do negócio, torna-se relevante compreender como as práticas de gestão financeira podem contribuir para a organização e a tomada de decisões nas propriedades rurais familiares.

2.3. Gestão Financeira na Atividade Rural

A gestão financeira é essencial para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais, contribuindo para o planejamento, o controle e a tomada de decisões. Nesse contexto, diversos autores apresentam conceitos e práticas que auxiliam na administração eficiente dos recursos financeiros.

Gitman (2009) define a gestão financeira como a administração dos recursos financeiros por meio do planejamento, controle e tomada de decisões. Esses princípios também se aplicam às pequenas propriedades rurais, os contribuem para o uso eficiente dos recursos e para a sustentabilidade da produção.

Para Assaf Neto (2016), quando eficiente, este tipo de gestão é essencial para garantir resultados sustentáveis. No contexto das pequenas propriedades rurais, esse princípio auxilia o produtor no planejamento dos recursos, na organização financeira e na continuidade da atividade. De forma complementar, Hoji (2014) destaca que o planejamento financeiro, a análise das informações e o controle dos custos são fundamentais para a tomada de decisões. Nas pequenas propriedades rurais, essas práticas contribuem para uma gestão mais eficiente e para a sustentabilidade da produção.

Segundo Araújo *et al.* (2023), a gestão financeira é considerada o foco central de qualquer organização, sendo um fator primordial para empresas que buscam crescimento e oportunidades no mercado. Observa-se que no agronegócio, gerir financeiramente o negócio possibilita ao produtor identificar as necessidades reais do empreendimento, oferecendo uma base sólida para uma tomada de decisão confiável e segura.

Nas pequenas propriedades rurais, a adoção de práticas formais dessa modalidade de gestão pode favorecer a transição de uma lógica de subsistência para uma visão mais empresarial da atividade. De acordo com Batalha *et al.* (2005), as tecnologias de manejo e gestão são partes essenciais do conhecimento necessário para o sucesso empresarial na agricultura familiar, indo além do simples cultivo ou produção animal. Portanto, a profissionalização busca utilizar de forma mais eficiente os recursos disponíveis, como terra, capital e trabalho.

Para Crepaldi (2011), a gestão financeira na atividade rural envolve o planejamento, o controle e a avaliação das atividades produtivas, subsidiando a tomada de decisões e o uso eficiente dos recursos. Complementando essa perspectiva, Menegali (2023) destaca que uma gestão eficiente é indispensável para enfrentar desafios como as variações climáticas, as oscilações de preços e os custos de produção, contribuindo para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais.

Para apoiar essa gestão, o uso de ferramentas financeiras pode ser relevante. O fluxo de caixa é destacado por Crepaldi (2019) como o instrumento que relaciona as entradas e saídas de recursos,

permitindo prever a necessidade de capital de giro ou a aplicação de sobras quando se obtém lucro.

O planejamento financeiro, por sua vez, antecede as demais ferramentas de gestão, e, segundo Zdanowicz (2001), esse processo decorre da necessidade de a empresa crescer de forma ordenada, por meio de métodos racionais e práticos, permitindo antecipar a visualização dos possíveis resultados operacionais a serem alcançados no período. Aplicado às pequenas propriedades rurais, o planejamento financeiro possibilita ao produtor projetar receitas e despesas futuras, servindo de base para o controle exercido pelo fluxo de caixa.

A contabilidade de custos surge como outro elemento relevante, pois, como assinalam Mazzioni *et al.* (2006), o controle detalhado dos gastos de produção permite identificar desperdícios e definir preços de venda de forma racional. Dessa maneira, pode-se ter o controle sobre os custos fixos e variáveis que possibilita a identificação de onde estão os gastos mais expressivos e realizar intervenções assertivas para reduzir desperdícios e aumentar a margem de lucro. Para Crepaldi (2019) e Marion (2022), os custos da fazenda como sementes, fertilizantes e mão de obra devem ser cuidadosamente mensurados e classificados para que o produtor possa realizar investimentos com maior segurança e reduzir riscos operacionais. A ausência desse monitoramento pode comprometer a gestão, tornando o negócio mais vulnerável às oscilações de mercado e às incertezas climáticas que caracterizam o setor agropecuário.

Assim, a gestão financeira está intrinsecamente ligada à sustentabilidade econômica das propriedades familiares, pois busca o equilíbrio entre a rentabilidade no curto prazo e a preservação do

patrimônio para o futuro. O controle eficiente dos recursos financeiros pode gerar segurança e bem-estar para a família rural, facilitando a construção de capital para reinvestimentos e o acesso a políticas públicas de crédito, como linhas de crédito para agricultura familiar.

Enfim, uma gestão financeira bem estruturada pode contribuir para a continuidade e sustentabilidade econômica das pequenas propriedades rurais e sua permanência na área rural.

2.4. Organização Financeira e Separação Entre Finanças da Família e da Propriedade

A organização financeira em pequenas propriedades rurais é frequentemente marcada por um perfil conservador, no qual muitos produtores não utilizam meios formais de anotação para a tomada de decisões (Mazzioni et al., 2006 *apud* Santos, 2022). Essa carência deriva da falta de conhecimentos técnicos sobre como gerir o capital próprio, o que dificulta a administração da renda e impede investimentos adequados em infraestrutura (Rodrigues; Scarsiotta; Avelino, 2021). Crepaldi (2009) observa que muitos agricultores não anotam os acontecimentos de suma importância para a contabilização. Sem uma organização mínima, a gestão baseada na intuição e no conhecimento empírico não oferece estabilidade para enfrentar as oscilações do mercado (Santos, 2022; Melo *et al.*, 2021).

Um dos desafios mais críticos é a indistinção entre o caixa da atividade rural e as finanças pessoais da família. Para Crepaldi (2009), a falta de controle decorre da não separação dos gastos particulares das atividades desenvolvidas, o que impede distinguir os resultados obtidos com cada cultura. Quando os recursos do negócio e da

residência se confundem, torna-se difícil estabelecer limites para os gastos familiares e o fluxo de caixa fica comprometido (Santos, 2022). Essa confusão pode dificultar a identificação da situação financeira do negócio, pois o produtor não identifica se a atividade gera lucro efetivo ou se apenas consome o patrimônio da família (Santos, 2022).

Quando as despesas particulares são pagas com o dinheiro da produção sem controle, o agricultor perde a percepção do custo real e da rentabilidade de cada safra, o que fragiliza a sustentabilidade econômica da propriedade (Neckel da Silva; Fey; Carpes, 2020 *apud* Colombo *et al.*, 2025). Assegurar essa distinção gera segurança e bem-estar à família e garante ao negócio capital de giro para manter a liquidez e reinvestir (Rodrigues; Scarsiotta; Avelino, 2021; Melo *et al.*, 2021). Recomenda-se, como solução, estabelecer uma parcela mensal preestabelecida das receitas destinada aos proprietários, mantida fora do caixa do empreendimento (Santos, 2022). Com essa separação, o fluxo de caixa reflete apenas a atividade produtiva e permite avaliar seu potencial de gerar caixa, honrar compromissos e obter crédito (Marion, 2010). Assim, a profissionalização da gestão financeira, por meio do fluxo de caixa e da contabilidade de custos, é o caminho para que a propriedade seja dirigida com a eficiência de uma empresa (Gonçalves; Faria; Oliveira, 2019).

2.5. Gestão Financeira e Tomada de Decisão na Pequena Propriedade

A gestão financeira constitui um dos principais instrumentos para apoiar e garantir a eficiência econômica e a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais. Em um ambiente caracterizado por constantes oscilações de preços, mudanças climáticas e variações nos custos de produção, o planejamento financeiro torna-se

essencial para que o produtor rural administre adequadamente seus recursos e tome decisões mais seguras. De acordo com Crepaldi (2023), a gestão financeira rural permite controlar receitas, despesas, investimentos e custos de produção, fornecendo informações indispensáveis para a administração eficiente da propriedade.

Nesse contexto, a tomada de decisão está relacionada à disponibilidade de informações financeiras confiáveis. O conhecimento sobre a situação econômica da propriedade possibilita ao produtor identificar oportunidades de investimento, reduzir desperdícios, melhorar a rentabilidade e avaliar alternativas de gestão com maior segurança.

Segundo Gitman (2010), as decisões financeiras eficazes são baseadas na análise de informações precisas e atualizadas, permitindo que gestores escolham alternativas que maximizem os resultados e minimizem os riscos.

Entretanto, uma das principais dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais está relacionada à ausência de registros financeiros organizados. Muitos administram a propriedade apenas com base na experiência prática, sem realizar controles sistemáticos das receitas, despesas e custos de produção. Essa realidade dificulta a identificação do lucro da atividade, prejudica o planejamento financeiro e pode dificultar a avaliação da situação econômica da propriedade. Conforme Marion (2022), a escrituração e o controle financeiro são indispensáveis para avaliar o desempenho econômico da atividade rural e orientar decisões gerenciais.

Para subsidiar uma gestão eficiente, torna-se necessária a utilização de ferramentas financeiras que auxiliem no controle e na análise das

atividades desenvolvidas. Entre as principais ferramentas destacam-se o fluxo de caixa, o orçamento financeiro, o controle de custos, a análise de receitas e despesas, o demonstrativo de resultados e os indicadores de desempenho econômico. Segundo Hoji (2021), esses instrumentos permitem acompanhar a situação financeira da empresa, identificar problemas antecipadamente e planejar ações corretivas, contribuindo para decisões mais fundamentadas.

Além do domínio dessas ferramentas, a administração da pequena propriedade exige uma mudança de comportamento por parte do produtor rural. A propriedade deve ser vista como uma empresa, na qual o proprietário exerce o papel de gestor, planejando, organizando, controlando e avaliando continuamente seus resultados. Nesse sentido, Crepaldi (2023) afirma que a profissionalização da gestão rural é um fator determinante para aumentar a competitividade, melhorar a produtividade e assegurar a permanência do produtor no mercado.

Outro aspecto relevante refere-se à importância da análise financeira como mecanismo de enfrentamento dos riscos inerentes à atividade agropecuária. O agronegócio está sujeito a fatores externos, como condições climáticas adversas, oscilações dos preços agrícolas, alterações nas políticas econômicas e aumento dos custos dos insumos. A análise periódica das informações financeiras, e dos resultados da atividade permite identificar as vulnerabilidades, planejar investimentos, formar reservas financeiras e definir estratégias capazes reduzir os impactos dessas incertezas. Para Gitman (2010), o planejamento financeiro reduz o nível de risco das organizações ao proporcionar maior capacidade de adaptação diante das mudanças do ambiente econômico.

Assim, a gestão financeira deixa de representar apenas um controle de entradas e saídas de recursos e passa a constituir um instrumento estratégico para a tomada de decisões na pequena propriedade rural. A utilização de informações financeiras confiáveis, associada ao planejamento e ao controle gerencial, pode favorecer a eficiência econômica, a sustentabilidade do negócio e o desenvolvimento da atividade rural em longo prazo.

2.6. Sustentabilidade Econômica e Seu Impacto na Pequena Propriedade Rural

Para este trabalho, os estudos definem sustentabilidade, em sentido amplo, como a capacidade de conciliar atividades econômicas, o equilíbrio ambiental e justiça social.

Para Sachs (2009), o desenvolvimento sustentável deve ser fundamentado em atitudes que sejam simultaneamente socialmente justas, ambientalmente corretas, financeiramente viáveis e culturalmente aceitas, representando um marco para a percepção do meio ambiente no cotidiano das sociedades. Sob um olhar direcionado para o meio rural, a sustentabilidade é vista como um conceito multidimensional que envolve as dimensões social, ambiental, cultural, política, financeira e ética, as quais precisam estar em harmonia para garantir a manutenção dos sistemas de vida e dos agro ecossistemas (Caporal; Costabeber, 2004).

Assim sendo, a sustentabilidade não se restringe apenas à mitigação de problemas ambientais isolados, porém envolve uma perspectiva mais ampla, que também considera a eficiência econômica e a continuidade das atividades produtivas (Sousa, 2016; Barbieri, 2015). Na agricultura familiar, essa continuidade está relacionada à

capacidade de manter a atividade produtiva e garantir sua viabilidade ao longo do tempo.

Quando o conceito é transposto especificamente para a pequena propriedade rural, a sustentabilidade econômica está relacionada à viabilidade do negócio e à capacidade de manter a atividade ao longo do tempo. Segundo Lourenzani (2006), o objetivo central dos negócios familiares deve ser crescer de forma sustentável, o que exige gerenciar o empreendimento em busca da viabilidade no curto prazo e da construção de riqueza no longo prazo, preparando a transição para a próxima geração.

Assim, a sustentabilidade econômica de pequenas propriedades rurais é um conceito dinâmico que vincula a viabilidade do empreendimento à qualidade da gestão financeira. Segundo Colombo *et al.* (2025), o sucesso de uma atividade agrícola depende diretamente de como a propriedade é gerenciada, sendo a qualificação gerencial um fator decisivo para garantir a continuidade e a sustentabilidade da atividade no mercado

O impacto de alcançar a sustentabilidade econômica manifesta-se na capacidade do produtor de utilizar melhor os recursos, otimizar processos e reduzir desperdícios. Conforme Melo *et al.* (2021), uma gestão eficiente aliada a práticas sustentáveis permite ao produtor não apenas aumentar produtividade e lucro, mas também assegurar a continuidade econômica da atividade.

Além disso, a sustentabilidade financeira gera segurança e bem-estar para a família rural, facilitando a construção de capital para reinvestimentos e o acesso a políticas de crédito, o que contribui

para a fixação do homem no campo e evita o êxodo rural (Rodrigues *et al.*, 2021; Bittencourt, 2018).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem quantitativa, quanto aos objetivos e descritiva, realizada por meio de pesquisa de campo. A escolha da abordagem quantitativa está relacionada ao objetivo de obter e analisar informações que possam ser organizadas e apresentadas numericamente, permitindo identificar características e práticas relacionadas à organização financeira das propriedades rurais pesquisadas. De acordo com Creswell (2010), a abordagem quantitativa permite trabalhar com dados numéricos para analisar tendências, atitudes ou opiniões de determinada população.

A pesquisa possui caráter descritivo, uma vez que busca identificar e apresentar características relacionadas à gestão financeira, às práticas que são utilizadas e à realidade dos produtores rurais participantes. Segundo Gil (2019), a pesquisa descritiva tem como finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis.

A pesquisa foi realizada com produtores de pequenas propriedades rurais compostas por até quatro módulos fiscais, localizadas no norte do Paraná, abrangendo municípios como Sertanópolis, Cornélio Procopio, Leopólis, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, Londrina e regiões próximas. Participaram dela 42 produtores rurais, selecionados por meio de uma amostra não probabilística por

acessibilidade, considerando a disponibilidade e o acesso aos participantes.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário estruturado por meio da plataforma *Google Forms*. A utilização deste instrumento mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa por possibilitar a coleta padronizada de informações junto aos diferentes participantes, contemplando questões relacionadas aos objetivos da pesquisa. Segundo Gil (2019), o questionário constitui uma técnica de investigação composta por questões apresentadas aos participantes com o objetivo de obter informações relacionadas ao objeto estudado.

Os produtores selecionados para participarem desta pesquisa são produtores rurais que atuam em propriedades de até quatro módulos fiscais, para assim podermos caracterizá-los dentro da agricultura familiar. Antes do contato com os vinculados às empresas, foi solicitada a autorização dos gerentes responsáveis por cada unidade para a realização da pesquisa e o contato com os clientes. É importante salientar que os produtores participantes deste estudo foram selecionados também com base na acessibilidade e na proximidade. e que Após a autorização, o formulário foi encaminhado aos produtores por meio do aplicativo *WhatsApp*. Além dos clientes da *Agro Infinity*, outras empresas do mesmo segmento também foram convidadas a participarem da pesquisa como revendas, cooperativas rurais e os produtores rurais das regiões próximas às unidades, a fim de ampliar a abrangência da pesquisa.

O período de aplicação do questionário compreendeu os meses de julho até agosto. Ele foi estruturado em blocos relacionados aos

objetivos da pesquisa, contemplando aspectos como caracterização da propriedade e do produtor, desafios e perfil educacional, práticas de gestão financeira, organização e separação patrimonial, tomada de decisão e sustentabilidade econômica e perspectivas futuras. Foram investigados aspectos como planejamento financeiro, controle de receitas e despesas, conhecimento dos custos de produção, utilização de ferramentas de gestão, separação entre despesas familiares e da propriedade, utilização de crédito rural e critérios utilizados para decisões de investimento.

Nele, foram abordadas questões relacionadas à sustentabilidade econômica da propriedade, incluindo a capacidade de geração de recursos após o pagamento dos custos de produção e das despesas familiares, o interesse das novas gerações na continuidade da propriedade e a percepção dos produtores sobre a situação financeira do negócio nos próximos anos.

O questionário foi acompanhado de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), informando aos participantes que a participação era voluntária, que as respostas eram anônimas e que seriam utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. O instrumento utilizado na pesquisa encontra-se apresentado no Apêndice A.

Após a coleta, realizada com os 42 participantes, os dados foram organizados e tabulados, sendo apresentados por meio de frequências e percentuais, possibilitando a identificação dos principais resultados obtidos. Posteriormente, os dados serão analisados à luz do referencial teórico apresentado neste trabalho, especialmente em relação à gestão financeira, ao planejamento, ao

controle de custos, à separação entre as finanças familiares e da propriedade e à tomada de decisão.

Dessa forma, por meio desta pesquisa, poderemos verificar se os procedimentos metodológicos adotados possibilitam analisar a realidade dos produtores rurais participantes e verificar de que maneira a gestão financeira familiar pode colaborar para o desenvolvimento e a sustentabilidade das propriedades rurais no norte do Paraná, em consonância com o objetivo proposto neste estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

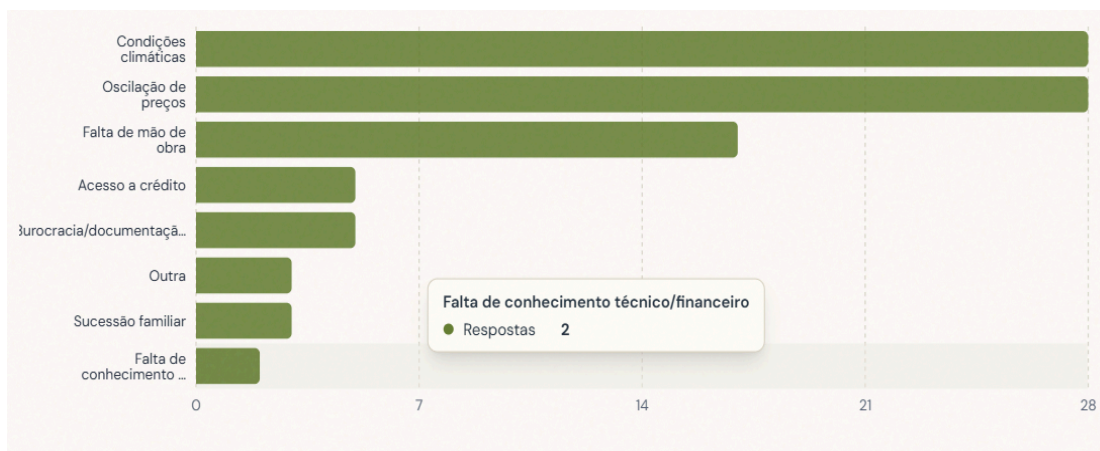
A presente seção apresenta e analisa os resultados obtidos na pesquisa realizada com produtores rurais de pequenas e médias propriedades do norte do Paraná. A análise busca compreender as dificuldades enfrentadas e as práticas adotadas na gestão das propriedades, com ênfase na organização financeira, no controle de custos, na tomada de decisão e na sustentabilidade econômica.

4.1. Dificuldades e Práticas de Gestão

A pesquisa contou com a participação de 42 produtores rurais, pertencentes a pequenas e médias propriedades rurais localizadas no norte do Paraná. A coleta foi realizada por meio de questionário estruturado, aplicado através do *Google Forms* e encaminhado aos participantes pelo *WhatsApp*. Os resultados obtidos são a seguir e analisados considerando os aspectos relacionados à organização financeira, apresentados a sugestão da propriedade, tomada de decisão e sustentabilidade econômica. Os produtores rurais que participaram desta pesquisa cuidam de propriedades de agricultura familiar, com até quatro módulos fiscais. Em geral, os trabalhos na

propriedade são realizados pela própria família, e ,na maioria dos casos, verifica-se a existência de sucessão familiar. Abaixo, o Gráfico 1 apresenta as dificuldades enfrentadas pelos agricultores.

Gráfico 1. Principais dificuldades para administrar a propriedade



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Nota: A questão permitia selecionar mais de uma alternativa.

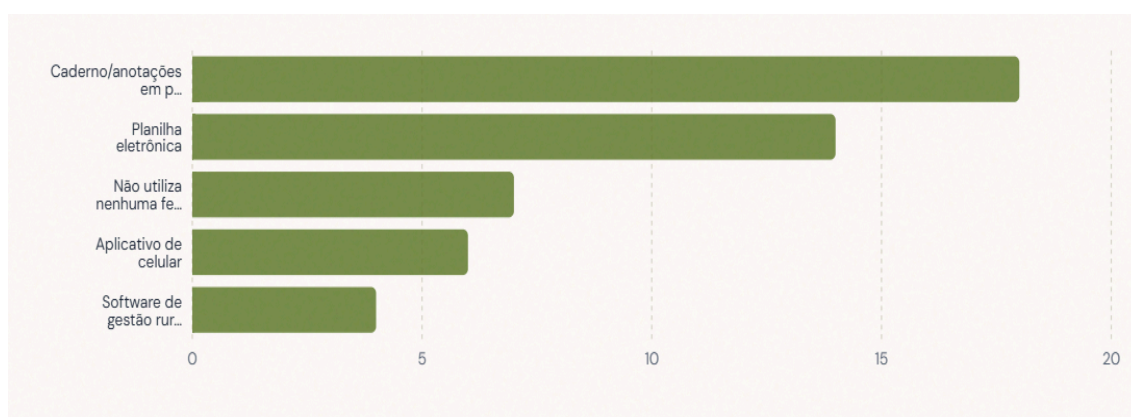
Conforme apresentado no Gráfico 1, as condições climáticas e a oscilação de preços foram as dificuldades mais apontadas pelos participantes, sendo mencionadas por 28 produtores cada, correspondendo a 66,7% dos respondentes. Na sequência, a falta de mão de obra foi indicada por 17 produtores representando 40,5%. As demais dificuldades apresentaram menor frequência de respostas.

A predominância das condições climáticas e da oscilação de preços evidencia a presença de fatores externos que podem afetar a atividade rural. Esse resultado corrobora a afirmação de Crepaldi (2023), ao destacar que a atividade rural está sujeita a fatores como condições climáticas e oscilações dos preços agrícolas, capazes de afetar o desempenho econômico da propriedade. Dessa forma, os resultados reforçam a importância de uma gestão financeira

organizada, especialmente para auxiliar o produtor no planejamento e na tomada de decisões diante dessas variações.

Com o objetivo de identificar quais ferramentas são utilizadas pelos produtores rurais para auxiliar na administração de suas propriedades, os participantes foram questionados sobre os recursos empregados no acompanhamento e organização das atividades, conforme aponta o Gráfico 2.

Gráfico 2. Ferramentas utilizadas para administrar a propriedade



Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

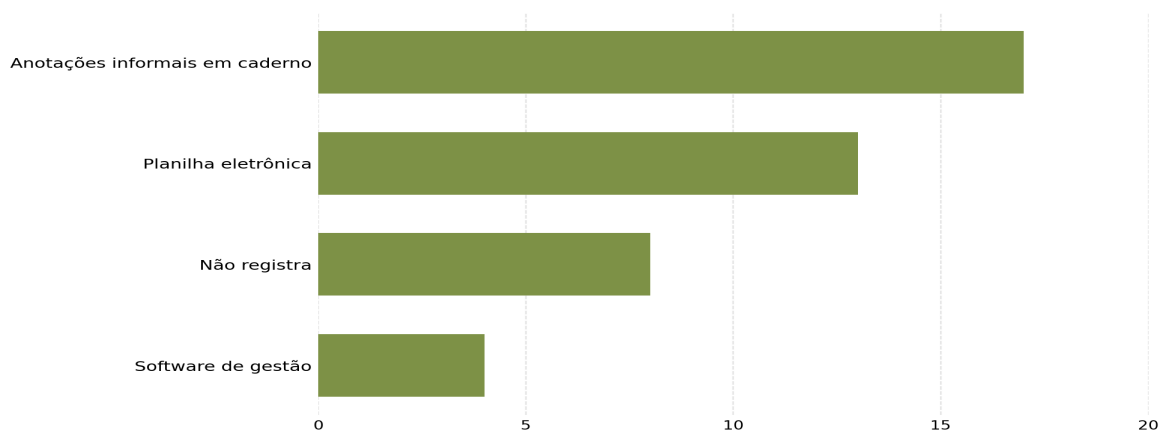
Conforme apresentado no Gráfico 2, o caderno ou anotações em papel foi a ferramenta mais utilizada pelos produtores, sendo apontado por 18 participantes (42,9%). Em seguida, destacam-se as planilhas eletrônicas, utilizadas por 14 produtores (33,3%). No entanto, 7 participantes (16,7%) afirmaram não utilizar nenhuma ferramenta para auxiliar na administração da propriedade, enquanto 6 (14,3%) utilizam aplicativos de celular e 4 (9,5%) utilizam *softwares* de gestão rural.

A predominância do uso de cadernos e anotações em papel indica que parte significativa dos produtores ainda utiliza formas simples de organização das informações da propriedade. Esse resultado pode dificultar um acompanhamento mais detalhado das receitas,

despesas e custos da atividade. Dessa forma, os resultados reforçam a importância de ferramentas de controle que auxiliem na organização das informações e na gestão financeira da propriedade.

Com o objetivo de compreender como os produtores realizam o controle financeiro de suas propriedades, os participantes foram questionados sobre a forma utilizada para registrar as entradas e saídas de dinheiro da atividade rural, conforme é demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3. Registro das entradas e saídas de dinheiro da propriedade



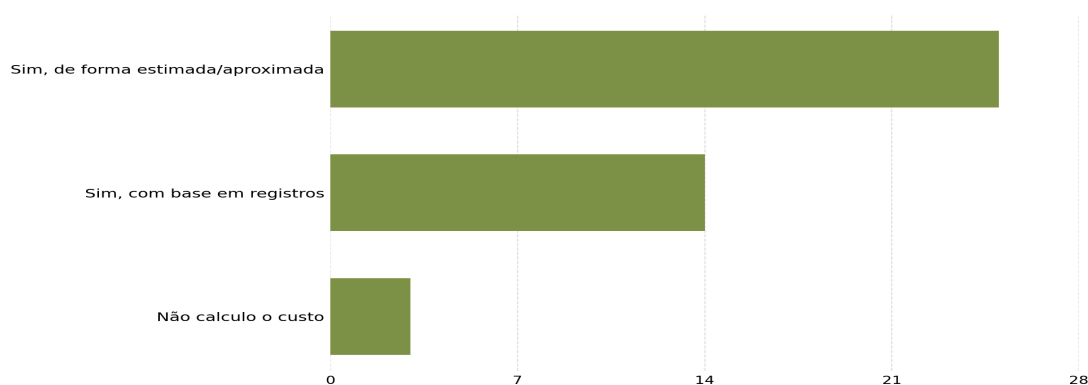
Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

Conforme apresentado no Gráfico 3, as anotações informais em caderno constituem a forma mais utilizada para registrar as entradas e saídas financeiras da propriedade, sendo apontadas por 17 produtores (40,5%). Em seguida, 13 participantes (31,0%) utilizam planilhas eletrônicas, 8 (19,0%) afirmaram não realizar registros e 4 (9,5%) utilizam *software* de gestão. A predominância das anotações em caderno indica que parte significativa dos produtores realiza algum acompanhamento financeiro, porém ainda utiliza formas simples de controle.

Nesse sentido, Marion (2022) destaca que a escrituração e o controle financeiro são indispensáveis para avaliar o desempenho econômico da atividade rural e orientar decisões gerenciais. Dessa forma, os resultados reforçam a importância de registros organizados das movimentações financeiras, que possam apoiar o planejamento e a tomada de decisões na propriedade.

Buscando identificar o nível de conhecimento dos produtores sobre os custos da atividade, questionou-se se sabiam qual é o custo real de produção de cada ciclo ou safra, conforme apontado no Gráfico 4.

Gráfico 4. Conhecimento do custo real de produção de cada ciclo



Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

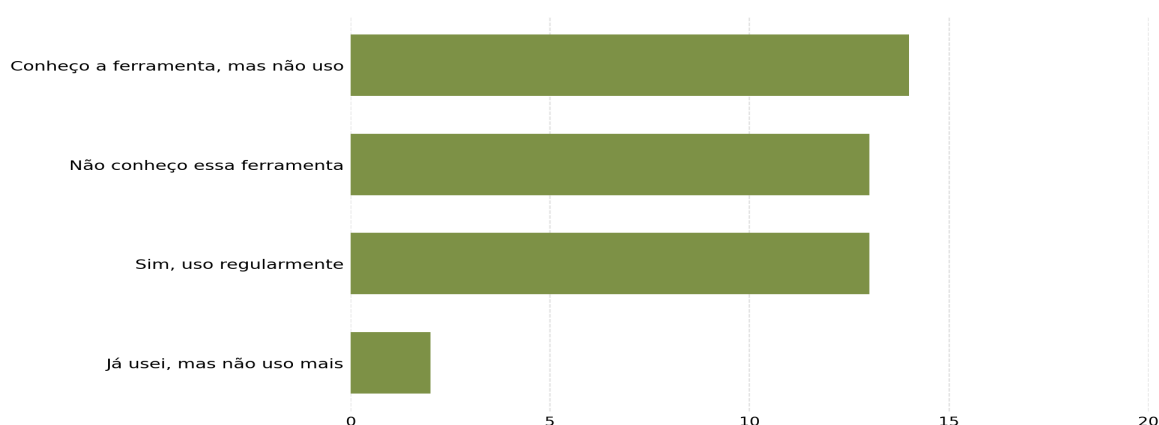
Conforme apresentado no Gráfico 4, a resposta predominante foi a de produtores que conhecem o custo de produção de forma estimada ou aproximada, indicada por 25 participantes (59,5%). Outros 14 produtores (33,3%) afirmaram conhecer os custos com base em registros, enquanto 3 (7,1%) declararam não calcular o custo da atividade. O resultado mostra que a maioria possui alguma percepção sobre os custos da safra, porém o predomínio de estimativas indica a necessidade de controles mais precisos sobre os custos da atividade. Hoji (2021) destaca que instrumentos de controle financeiro permitem acompanhar a situação do negócio, identificar problemas antecipadamente e planejar ações corretivas.

Assim, conhecer os custos com maior precisão pode contribuir decisões mais seguras sobre produção, preços e utilização dos recursos, favorecendo o planejamento financeiro da propriedade.

4.2. Gestão Financeira e Tomada de Decisão

Para verificar como os produtores avaliam o resultado econômico da atividade, investigou-se a utilização de ferramentas capazes de demonstrar se a propriedade obteve lucro ou prejuízo, como a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), conforme Gráfico 5.

Gráfico 5. Utilização de ferramenta para verificar lucro ou prejuízo



Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

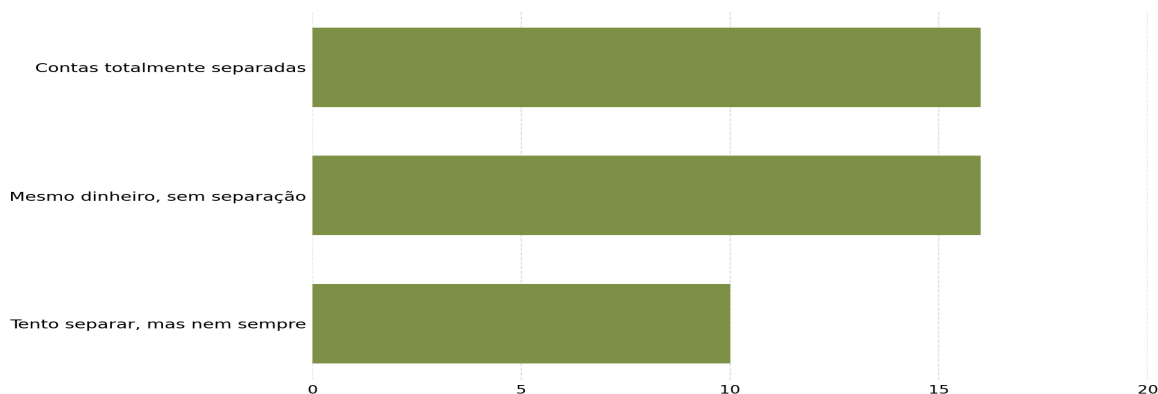
Conforme apresentado no Gráfico 5, a alternativa com maior frequência foi “conheço a ferramenta, mas não uso”, indicada por 14 produtores (33,3%). Em seguida, 13 participantes (31,0%) afirmaram não conhecer esse tipo de ferramenta e outros 13 (31,0%) declararam utilizá-la regularmente. Apenas 2 produtores (4,8%) informaram que fizeram uso dela, mas não o fazem mais. Embora parte dos participantes conheça mecanismos de avaliação do resultado uma parcela significativa ainda não utiliza esses instrumentos regularmente na gestão da propriedade. Isso demonstra que o produtor mesmo tendo conhecimento da ferramenta, não tem

levado com seriedade como o seu funcionamento pode influenciar diretamente no lucro da propriedade.

Marion (2022) ressalta que os controles financeiros são indispensáveis para avaliar o desempenho econômico da atividade rural. Nesse sentido, a utilização efetiva de instrumentos de análise pode auxiliar o produtor a identificar com maior segurança se a atividade está gerando resultados satisfatórios e apoiar a tomada de decisões futuras.

Considerando a importância da separação patrimonial para a organização financeira, os produtores foram questionados sobre a forma de pagamento das despesas da casa em relação ao dinheiro proveniente da atividade rural.

Gráfico 6. Separação entre despesas familiares e recursos da propriedade.



Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

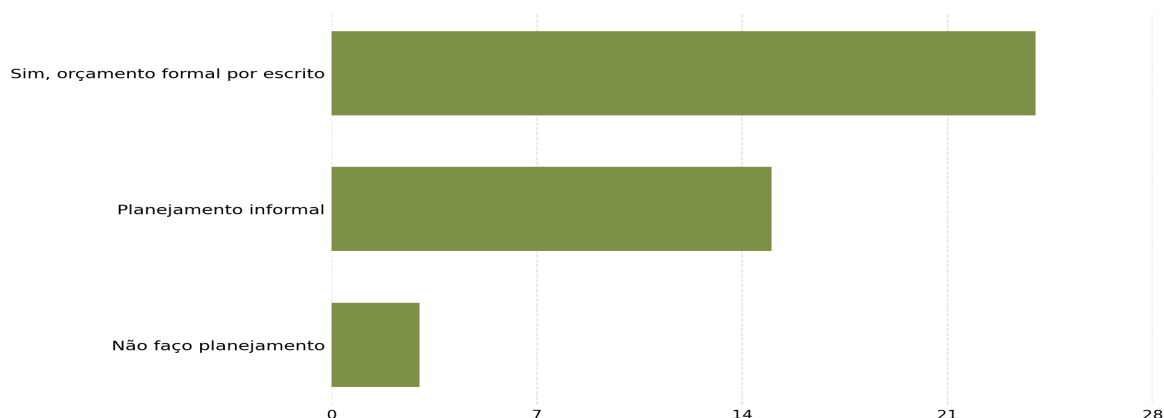
Conforme apresentado no Gráfico 6, houve empate entre as duas respostas mais frequentes: 16 produtores (38,1%) afirmaram manter as contas totalmente separadas, enquanto outros 16 (38,1%) utilizam o mesmo dinheiro da atividade rural para pagar as despesas da casa, sem separação. Dez participantes (23,8%) informaram que tentam separar os recursos, mas nem sempre conseguem. Os resultados

revelam realidades distintas e mostram que, para 61,9% dos participantes, a separação entre as finanças familiares e as da propriedade ainda apresenta algum nível de dificuldade.

Mazzioni *et al.* (2006) destacam que a ausência de separação entre gastos pessoais e profissionais compromete os registros financeiros e a análise da viabilidade econômica da propriedade. Dessa forma, estabelecer limites entre os recursos da família e os do negócio contribui uma avaliação mais clara do desempenho financeiro da atividade rural.

Para identificar a presença do planejamento financeiro na rotina das propriedades, os produtores foram questionados sobre a elaboração de orçamento antes do início de cada safra, conforme Gráfico 7.

Gráfico 7. Separação entre despesas familiares e recursos da propriedade



Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

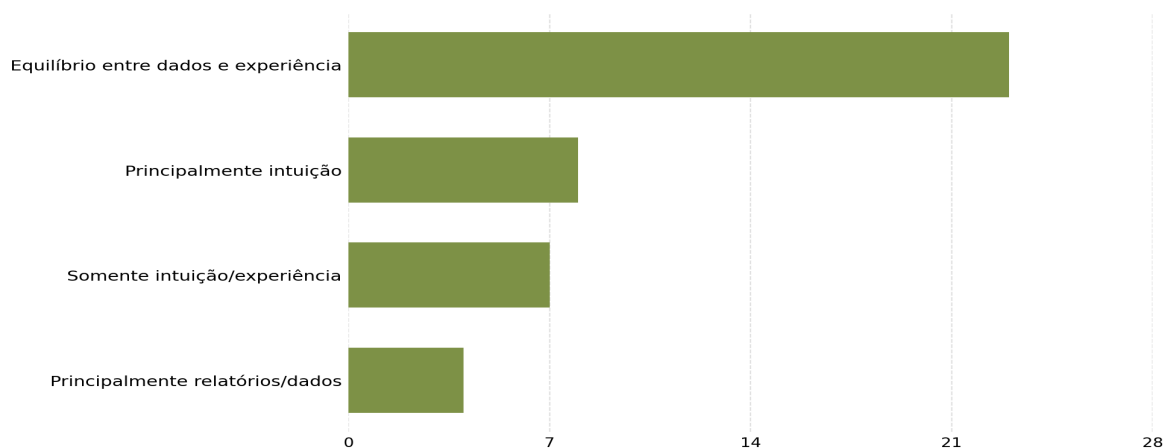
Conforme apresentado no Gráfico 7, 24 produtores (57,1%) afirmaram elaborar um orçamento formal por escrito antes de cada safra, constituindo a resposta predominante. Outros 15 participantes (35,7%) realizam um planejamento informal, enquanto 3 (7,1%) declararam não fazer planejamento. O resultado demonstra que a maioria dos produtores pesquisados adota algum tipo de

planejamento prévio, o que indica uma preocupação com a organização dos recursos antes de cada ciclo produtivo. Nota-se uma contrariedade quando se compara o Gráfico 4, com o Gráfico 7, pois a maioria dos produtores (57,1%) elabora um orçamento formal por escrito antes de cada safra (Gráfico 7), entretanto cerca de 59,5% relataram conhecer seus custos apenas de forma estimada ou aproximada (Gráfico 4).

Então, a falta de vínculo revelada no contraste entre os dois gráficos mostra que o planejamento formal é estruturado, na maior parte das vezes, com percepções empíricas e intuitivas e isso prejudica a precisão dos resultados e a tomada de decisão. Assim como pontuam Hoji (2021), Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), Santos (2022) e Colombo *et al.* (2025), para acontecer a eficácia do planejamento financeiro e a sustentabilidade da pequena propriedade rural precisa-se que ocorra transformação de pensamento e atitude do produtor da forma de gerir informal para a formal, o qual necessita de capacitação a fim de que o agricultor alimente seus orçamentos com dados contábeis precisos e apurados frequentemente.

Com o propósito de compreender como são tomadas as decisões relacionadas a novos investimentos, os participantes foram questionados sobre os principais critérios utilizados nesse processo, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8. Critérios utilizados na decisão sobre novos investimentos



Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

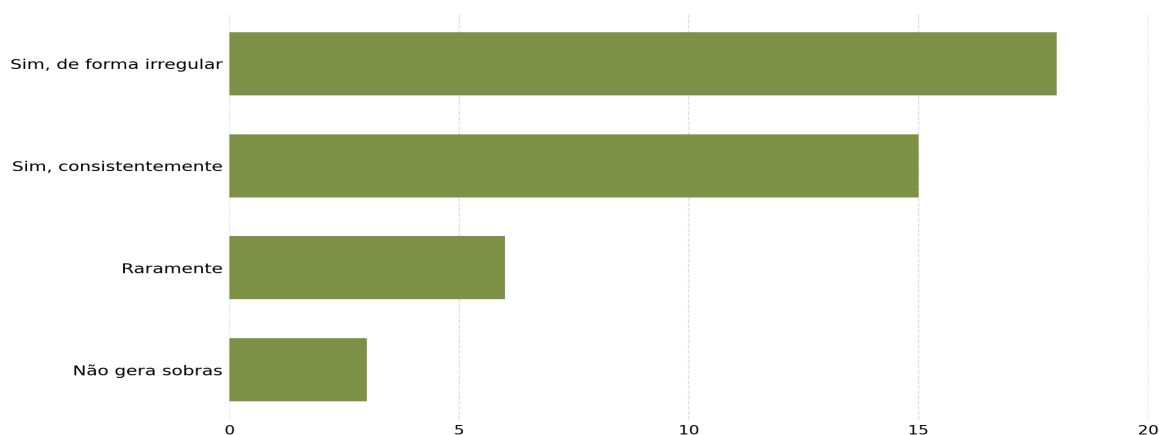
Conforme apresentado no Gráfico 8, o equilíbrio entre dados e experiência foi o critério mais apontado, com 23 respostas (54,8%). As demais alternativas apresentaram menor frequência: 8 produtores (19,0%) indicaram principalmente a intuição, 7 (16,7%) afirmaram basear-se somente na intuição ou experiência e 4 (9,5%) apontaram principalmente relatórios ou dados. O predomínio da combinação entre informações e experiência sugere que mais da metade dos participantes procura conciliar o conhecimento prático acumulado com elementos objetivos ao avaliar novos investimentos.

Segundo Gitman (2010), decisões financeiras eficazes são fundamentadas na análise de informações precisas e atualizadas, permitindo escolher alternativas que maximizem resultados e reduzam riscos. Assim, a combinação entre experiência prática e informações financeiras pode favorecer decisões de investimento mais fundamentadas na propriedade rural.

4.3. Sustentabilidade Econômica e Perspectivas

Buscando avaliar a sustentabilidade econômica das propriedades, investigou-se se, após o pagamento dos custos de produção e das despesas familiares, ainda são gerados recursos para novos investimentos, conforme Gráfico 9.

Gráfico 9. Capacidade de geração de sobras para novos investimentos

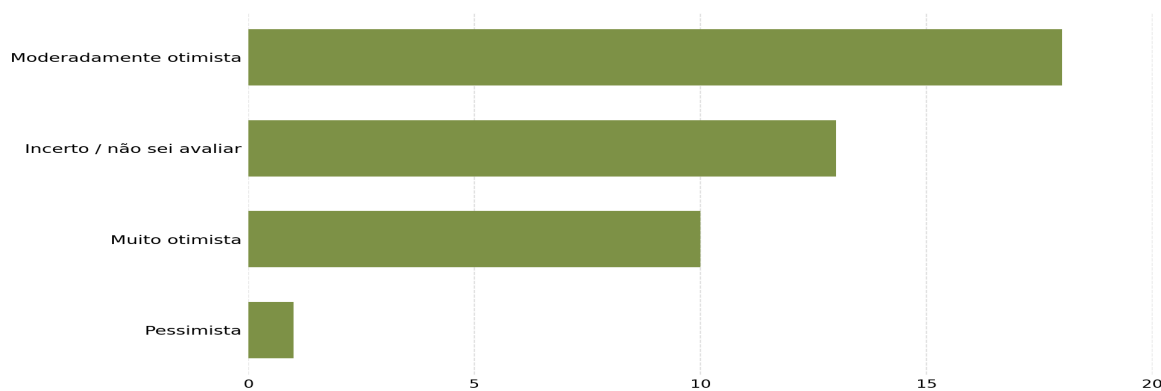


Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

Conforme apresentado no Gráfico 9, a resposta mais frequente foi “sim, de forma irregular”, indicada por 18 produtores (42,9%). Outros 15 respondentes (35,7%) afirmaram gerar sobras de forma consistente, 6 (14,3%) declararam que isso ocorre raramente e 3 (7,1%) informaram que a propriedade não gera sobras. O predomínio da geração irregular de recursos indica que, embora parte das propriedades consiga formar excedentes, essa capacidade nem sempre ocorre de maneira contínua.

Crepaldi (2023) destaca que a gestão financeira rural permite controlar receitas, despesas, investimentos e custos de produção, fornecendo informações importantes para a administração eficiente da propriedade. Dessa forma, o acompanhamento sistemático dos resultados pode auxiliar o produtor a identificar sua capacidade real de reinvestimento e contribuir para o planejamento financeiro da propriedade. Por fim, os participantes foram questionados sobre sua percepção em relação à saúde financeira da propriedade para os próximos cinco anos, buscando identificar as expectativas quanto à continuidade e ao desenvolvimento da atividade.

Gráfico 10. Perspectiva sobre a saúde financeira da propriedade



Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

Conforme apresentado no Gráfico 10, 18 produtores (42,9%) avaliaram-se como moderadamente otimistas em relação à saúde financeira da propriedade nos próximos cinco anos, sendo essa a resposta predominante. Em seguida, 13 respondentes (31,0%) afirmaram estar incertos ou não saber avaliar, 10 (23,8%) declararam-se muito otimistas e apenas 1 produtor (2,4%) apresentou uma perspectiva pessimista. Os dados indicam uma percepção predominantemente positiva em relação ao futuro financeiro das propriedades, embora a parcela de produtores que demonstra incerteza também seja significativa.

Hoji (2021) ressalta que instrumentos de gestão financeira permitem acompanhar a situação do negócio, antecipar problemas e planejar ações corretivas. Nesse sentido, a utilização de controles e informações financeiras pode contribuir para uma avaliação mais segura da situação econômica e para o planejamento da continuidade da propriedade em longo prazo.

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre as práticas de gestão financeira e a sustentabilidade econômica de

pequenas propriedades rurais familiares, buscando responder ao seguinte problema de pesquisa: Como as práticas de gestão financeira se relacionam com a sustentabilidade econômica de pequenas propriedades rurais familiares?

Os resultados obtidos junto aos 42 produtores rurais pesquisados permitiram identificar que existem práticas de gestão financeira presentes nas propriedades, porém com diferentes níveis de organização. Observou-se que 57,1% dos participantes realizam planejamento formal antes de cada safra, enquanto outros 35,7% realizam esse planejamento de maneira informal. Esse resultado demonstra que o planejamento está presente na realidade da maioria dos produtores pesquisados.

Por outro lado, foram identificadas limitações importantes no controle das informações financeiras. Em relação aos custos de produção, 59,5% dos produtores afirmaram conhecê-los apenas de forma estimada ou aproximada. Além disso, 33,3% afirmaram conhecer ferramentas para verificar lucro ou prejuízo, mas não as utilizam, enquanto 31,0% declararam não conhecer esse tipo de instrumento. Esses resultados indicam que a existência de práticas de planejamento não é acompanhada, em todos os casos, por informações financeiras precisas e instrumentos sistemáticos de avaliação dos resultados.

Outro aspecto relevante refere-se à separação entre as finanças da família e da propriedade. Embora 38,1% dos participantes afirmem manter essa separação, outros 38,1% utilizam os mesmos recursos para as despesas familiares e da propriedade, enquanto 23,8% tentam realizar a separação, mas apresentam dificuldades. Assim, 61,9% dos produtores pesquisados apresentam algum nível de

dificuldade nessa organização, o que pode dificultar uma avaliação mais clara da situação financeira da atividade rural.

Quanto à capacidade de geração de recursos para novos investimentos, verificou-se que 42,9% dos participantes conseguem gerar excedentes de forma irregular, enquanto 35,7% afirmaram conseguir fazê-lo de maneira consistente. Esse resultado demonstra que, embora parte dos produtores consiga formar recursos para reinvestimento, essa capacidade não ocorre de maneira contínua em todas as propriedades.

Em relação às perspectivas futuras, a percepção dos produtores foram predominantemente positiva, porém 31,0% demonstraram incerteza ou dificuldade para avaliar a situação financeira da propriedade nos próximos cinco anos. Esse resultado, associado às limitações identificadas no conhecimento dos custos, na utilização de ferramentas de avaliação e na separação das finanças, evidencia a importância da organização das informações financeiras para o planejamento e a continuidade da atividade.

Dessa forma, considera-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, uma vez que os resultados permitiram identificar práticas de gestão financeira utilizadas pelos produtores e analisar sua relação com aspectos associados à sustentabilidade econômica das propriedades pesquisadas. Os achados indicam que práticas como planejamento, registro das movimentações, acompanhamento dos custos e organização das finanças podem estar relacionadas à capacidade de avaliar a situação econômica e planejar a continuidade da atividade.

Entretanto, os resultados também demonstram que ainda existem dificuldades relacionadas à precisão das informações sobre custos, à utilização de ferramentas para avaliação dos resultados e à separação entre as finanças familiares e as da propriedade. Nesse sentido, a pesquisa reforça a importância de práticas de gestão financeira adequadas à realidade das pequenas propriedades rurais familiares, especialmente aquelas que contribuam para melhorar a organização das informações e apoiar a tomada de decisões.

Como contribuição, o estudo possibilita uma compreensão da realidade dos produtores pesquisados no norte do Paraná, identificando práticas de gestão financeira já utilizadas e aspectos que ainda apresentam dificuldades. Os resultados também podem subsidiar futuras ações de orientação e capacitação voltadas ao planejamento, controle financeiro e gestão das pequenas propriedades rurais.

Para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas com um número maior de produtores e em diferentes localidades, possibilitando comparar distintas realidades da agricultura familiar. Também se recomenda o desenvolvimento de estudos que aprofundem a relação entre as práticas de gestão financeira e indicadores econômicos das propriedades, permitindo ampliar a compreensão sobre sua sustentabilidade ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entrevistas: agricultura familiar. [S. l.]: Ricardo Abramovay, 2010. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/2010/10/entrevistas-agricultura-familiar/>. Acesso em: 5 out. 2026.

ARAÚJO, Fernanda Pereira de; NASCIMENTO, Ítalo Carlos Soares do; SILVA, Jerferson Freitas da; SILVA, Geison Calyo da. Percepção sobre a gestão financeira em empresas do setor do agronegócio. Revista Conhecimento Contábil, Mossoró, RN, v. 13, ed. especial, p. 1-19, 2023.

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. Curso de administração financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hélio Mattar de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

BITTENCOURT, Diego. Artigo – agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. Blog Embrapa, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>. Acesso em: 5 out. 2026.

BÖCK, Diego. Modelo de gestão financeira para pequenas propriedades: um estudo de caso em propriedades fumicultores do Sul do Brasil. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2023.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 142, p. 1-2, 25 jul. 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2006-2010/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 07 out. 2026.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

COLOMBO, Adir Luiz; SILVA, Fernando Santos da; SANTOS, Tatiane dos; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Os programas de gestão financeira na agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: uma revisão sistemática sobre a extensão rural. DRd – Desenvolvimento Regional em Debate, v. 15, p. 199-224, 2025.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisorial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisorial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisorial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisorial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GONÇALVES, Mylena Cristina; FARIA, Marcelo Crisóstomo de; OLIVEIRA, Tiago de Moura. Agricultura familiar: os desafios da gestão rural nas pequenas propriedades rurais. Revista Agroveterinária, Negócios e Tecnologias, Coromandel, v. 5, n. 2, p. 26-37, 2019.

HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 28 set. 2026.

LAMARCHE, Hugues (org.). A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LOURENZANI, Wagner Luiz. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. 2006. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

MARION, José Carlos. Contabilidade rural. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Contabilidade rural. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MAZZIONI, Sady; DIEL, Fátima Maria; DIEL, Edson; ZONIN, Valdir José. A importância dos controles gerenciais para o agribusiness. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v. 6, n. 16, p. 9-26, 2006.

MELO, Daniela Montes de; SOUZA, Edileuza Cristina de; LIMA, Fernando Cesar de; SILVA, Juliana Maria da. A importância da gestão rural e da sustentabilidade em pequenas propriedades rurais. Revista GETEC, v. 10, n. 31, p. 1-20, 2021.

NECKEL DA SILVA, Simone; FEY, Rubin; CARPES, Anamaria de Moraes. Perfil de gestão das unidades de produção, com base agroecológicas, situadas no município de Laranjeiras do Sul – PR. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, v. 10, n. 1, p. 22-38, fev. 2020.

OLIVEIRA, G. R.; ARAÚJO, F. M.; QUEIROZ, C. C. A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. Boletim Goiano de Geografia, v. 37, n. 3, p. 528-551, 2017.

OLIVEIRA, L. G. L.; ABDALLA, M. M.; GONZALES, R. K.; RIBEIRO, A. J. G.; HOLPERIN, M. M. Por que finanças? Avaliando o interesse dos estudantes de graduação em administração pela área de finanças. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 13, n. 6, p. 168-196,

nov./dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195424913008>. Acesso em: 5 set. 2026.

PASQUALOTTO, Nilson; KAUFMANN, Marcia Pandolfo; WIZNIEWSKY, José Geraldo. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. Santa Maria: UFSM, NTE, 2019.

PLOEG, Jan Douwe van der. Dez qualidades da agricultura familiar. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 7-14, 2014.

RODRIGUES, Márcio Fabrício Barbosa; SCARSIOTTA, Sílvio Mandarano; AVELINO, Cleide Henrique. A importância da gestão financeira para a agricultura familiar. Unisalesiano, Lins, 2021.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Belsarina Carmo. A importância da gestão financeira para o pequeno produtor agrícola. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas, 2022.

SOUSA, J. A. F. Dinâmicas da agricultura e seus efeitos na sustentabilidade: casos de explorações bovinas no Norte de Portugal. 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia Zootécnica) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2016.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Orçamento empresarial: uma abordagem prática. 3. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

Questionário sobre Organização Financeira e Sustentabilidade de Pequenas Propriedades Rurais Familiares

Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – resumo

Você

está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo analisar de que forma a organização financeira familiar pode contribuir para o desenvolvimento e a sustentabilidade de pequenas propriedades rurais no norte do Paraná. Sua participação é voluntária, as respostas são anônimas e serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. Você pode desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. O tempo estimado de preenchimento é de 8 a 12 minutos.

Instruções de preenchimento:

Bloco 1 – Caracterização da Propriedade e do Produtor *

1. Qual o tamanho total da propriedade?

- ☐ Até 5 ha
- ☐ 5,1 a 20 ha
- ☐ 20,1 a 50 ha
- ☐ 50,1 a 110 ha
- ☐ Acima de 110 ha

2. Quem são os responsáveis pela gestão e pelo trabalho diário na propriedade? *

- ☐ Somente membros da família
- ☐ Família com apoio eventual de terceiros
- ☐ Terceiros com supervisão da família
- ☐ Predominantemente terceiros

3. A renda da família provém das atividades desenvolvidas na propriedade? *

3. A renda da família provém das atividades desenvolvidas na propriedade? *

- ☐ Totalmente (100%)
- ☐ Predominantemente (mais de 50%)
- ☐ Parcialmente (menos de 50%)
- ☐ Não, a renda principal vem de outra atividade

Bloco 2 – Desafios e Perfil Educacional

*

4. Qual o nível de escolaridade do gestor principal da propriedade?

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Ensino Fundamental incompleto
- ☐ Ensino Fundamental completo
- ☐ Ensino Médio incompleto
- ☐ Ensino Médio completo
- ☐ Ensino Superior incompleto ou completo

5. Quais as maiores dificuldades para administrar o seu negócio? (marque até 3 opções)

- ☐ Falta de conhecimento técnico/financeiro
- ☐ Acesso a crédito
- ☐ Oscilação de preços
- ☐ Condições climáticas
- ☐ Falta de mão de obra
- ☐ Burocracia/documentação
- ☐ Sucessão familiar
- ☐ Dificuldade com uso de tecnologia
- ☐ Outra

6. Você utiliza algum tipo de tecnologia para ajudar na administração? *

- ☐ Não utiliza nenhuma ferramenta
 - ☐ Caderno/anotações em papel
 - ☐ Planilha eletrônica
 - ☐ Aplicativo de celular
 - ☐ Software de gestão rural
-

Bloco 3 – Práticas de Gestão Financeira

*

7. Como você registra as entradas e saídas de dinheiro da propriedade?

- ☐ Não registra
- ☐ Anotações informais em caderno
- ☐ Planilha eletrônica
- ☐ Software de gestão

8. Você sabe qual é o custo real de produção de cada ciclo (safra)? *

- ☐ Sim, com base em registros detalhados
 - ☐ Sim, de forma estimada/aproximada
 - ☐ Não calculo o custo
 - ☐ Não sei responder
-

9. Você utiliza alguma ferramenta para verificar se a atividade deu lucro ou prejuízo (como a DRE)?

*

- ☐ Sim, uso regularmente
- ☐ Já usei, mas não uso mais
- ☐ Conheço a ferramenta, mas não uso
- ☐ Não conheço essa ferramenta

Bloco 4 – Organização e Separação Patrimonial

*

10. As despesas da casa (mercado, contas pessoais) são pagas com o mesmo dinheiro da atividade rural?

- ☐ Mesmo dinheiro, sem separação
- ☐ Tento separar, mas nem sempre consigo
- ☐ Contas totalmente separadas

11. Os proprietários/familiares possuem retirada mensal fixa (pró-labore)? *

- ☐ Sim, valor fixo mensal
- ☐ Não, retirada conforme necessidade da família
- ☐ Não há retirada regular

12. Você já utilizou alguma linha de crédito rural (ex.: PRONAF) para financiar sua atividade? *

- ☐ Sim, uso atualmente
- ☐ Já usei, mas não uso mais
- ☐ Nunca utilizei, mas conheço
- ☐ Nunca utilizei e não conheço

Bloco 5 – Tomada de Decisão

*

13. No momento de decidir sobre um novo investimento, você se baseia em:

- ☐ Somente intuição/experiência
- ☐ Principalmente intuição, com alguma consulta a dados
- ☐ Equilíbrio entre dados e experiência
- ☐ Principalmente relatórios/dados financeiros

14. Você faz um planejamento financeiro (orçamento) antes de iniciar cada safra?

*

- ☐ Sim, orçamento formal por escrito
- ☐ Planejamento informal, sem registro
- ☐ Não faço planejamento prévio

Bloco 6 – Sustentabilidade Econômica e Futuro

*

15. Após cobrir os custos de produção e os gastos da família, a propriedade consegue gerar sobras para novos investimentos?

- ☐ Sim, consistentemente
- ☐ Sim, de forma irregular
- ☐ Raramente
- ☐ Não gera sobras

16. Existe interesse dos filhos ou das gerações mais novas em continuar a gestão da propriedade?

*

- ☐ Sim, há interesse declarado
- ☐ Ainda não é possível avaliar
- ☐ Não há interesse
- ☐ Não há sucessores diretos

17. Como você avalia a saúde financeira da sua propriedade para os próximos 5 anos?

*

- ☐ Muito otimista
 - ☐ Moderadamente otimista
 - ☐ Incerto / não sei avaliar
 - ☐ Pessimista
-

¹ Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Professor do curso de Administração de Empresas da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Cornélio Procópio. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6921-3608>

² Graduanda em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Cornélio Procópio. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2362-6088>

³ Graduanda em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus Cornélio Procópio. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7669-0916>